

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – Sicoob Unirbo  
Rio Branco/AC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – Sicoob Unirbo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Unirbo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 6 de fevereiro de 2018.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Nestor Ferreira Campos Filho', is written over a faint, larger version of the signature.

Nestor Ferreira Campos Filho  
Contador CRC DF – 013421/O-9  
CNAI 1727



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA  
CNPJ: 01.608.685.0001-16  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2017	2016	Discriminação	NOTA	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>38.039.638</b>	<b>32.228.542</b>	<b>Circulante</b>		<b>45.229.696</b>	<b>35.114.387</b>
<b>Disponibilidades</b>	04	653.649	304.281	<b>Depósitos</b>	13	41.056.712	33.828.648
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	05	5.135	15.069	Depósitos à Vista		8.079.072	4.771.041
Carteira Própria		5.135	15.069	Depósitos a Prazo		32.977.640	29.057.607
<b>Relações Interfinanceiras</b>	06	19.697.693	18.643.872	<b>Relações Interfinanceiras</b>	14	1.737.541	-
Centralização Financeira		19.697.693	18.643.872	Repasse Interfinanceiros		1.737.541	-
<b>Operações de Crédito</b>	07	17.355.182	13.032.250	<b>Outras Obrigações</b>	15	2.435.444	1.285.739
Operações de Crédito - Setor Privado		18.287.681	13.546.093	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	15a	22.773	1.783
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(932.499)	(513.843)	Sociais e Estatutárias	15b	292.288	387.634
<b>Outros Créditos</b>	08	320.354	228.174	Fiscais e Previdenciárias	15c	103.095	125.840
Avais e Fianças		85.458	35.432	Diversos	15d	2.017.287	770.483
Rendas a Receber		112.171	179.285				
Diversos		179.973	35.064	<b>Não Circulante</b>		<b>243.160</b>	<b>263.160</b>
(-) Provisão para Outros Créditos		(57.249)	(21.606)	<b>Exigível a Longo Prazo</b>	16	243.160	263.160
<b>Outros Valores e Bens</b>	09	7.626	4.895	Provisão para Demandas Judiciais		243.160	263.160
Despesas Antecipadas		7.626	4.895				
<b>Não Circulante</b>		<b>25.708.606</b>	<b>17.473.461</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	18	<b>18.275.387</b>	<b>14.324.456</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	07	21.445.036	14.403.947	<b>Capital Social</b>	18a	14.269.536	11.877.903
Operações de Crédito - Setor Privado		22.518.469	14.821.976	<b>Reserva Legal</b>	18b	2.013.844	1.302.413
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(1.073.433)	(418.029)	<b>Sobras do Exercício</b>	18d	1.992.007	1.144.140
<b>Investimentos</b>	10	1.908.274	1.532.547				
Ações e Cotas		1.908.274	1.532.547				
<b>Imobilizado de uso</b>	11	2.340.991	1.518.852				
Outras Imobilizações de Uso		1.010.507	541.580				
Imóveis de Uso		1.910.555	1.460.555				
(-) Depreciações Acumuladas		(580.072)	(483.283)				
<b>Intangível</b>	12	14.306	18.116				
Softwares		23.203	23.203				
(-) Amortizações Acumuladas		(8.897)	(5.087)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>63.748.244</b>	<b>49.702.003</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>63.748.244</b>	<b>49.702.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nilton Ghiotti de Siqueira  
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa  
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA  
CNPJ: 01.608.685.0001-16

Demonstração das Sobras e Perdas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2017	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.146.061</b>	<b>9.923.421</b>	<b>7.507.061</b>
Operações de Crédito	5.145.903	9.922.881	7.505.960
Títulos e Valores Mobiliários	157	540	1.101
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(2.200.029)</b>	<b>(4.693.460)</b>	<b>(3.780.830)</b>
Operações de Captação no Mercado	(1.366.416)	(3.160.258)	(3.108.358)
Operações de Empréstimos e Repasses	(25.436)	(25.436)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(808.177)	(1.507.767)	(672.472)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.946.032</b>	<b>5.229.960</b>	<b>3.726.231</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(899.002)</b>	<b>(1.145.860)</b>	<b>(909.339)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	733.483	1.366.660	707.062
Despesas de Pessoal	(1.486.784)	(2.606.058)	(2.029.459)
Outras Despesas Administrativas	(1.112.967)	(2.023.606)	(1.558.201)
Despesas Tributárias	(52.482)	(120.373)	(45.889)
Outras Receitas Operacionais	1.140.929	2.448.791	2.273.865
Outras Despesas Operacionais	(121.181)	(211.274)	(256.717)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.047.029</b>	<b>4.084.100</b>	<b>2.816.892</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>10.799</b>	<b>15.957</b>	<b>64.602</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.</b>	<b>2.057.828</b>	<b>4.100.057</b>	<b>2.881.494</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(59.022)</b>	<b>(124.530)</b>	<b>(44.038)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(32.703)	(66.780)	(20.643)
Provisão para Contribuição Social	(26.318)	(57.750)	(23.395)
<b>RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL</b>	<b>1.998.806</b>	<b>3.975.527</b>	<b>2.837.456</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	(416.132)	(996.352)	(998.935)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.582.675</b>	<b>2.979.175</b>	<b>1.838.521</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS</b>	<b>(987.167)</b>	<b>(987.167)</b>	<b>(694.381)</b>
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(275.736)	(275.736)	(367.483)
Reserva Legal	(711.431)	(711.431)	(326.897)
<b>SOBRAS DO EXERCÍCIO / SEMESTRE</b>	<b>595.507</b>	<b>1.992.007</b>	<b>1.144.140</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Nilton Ghiotti de Siqueira**  
Diretor Presidente

**James Gley Maia da Costa**  
Diretor Administrativo

**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA  
CNPJ: 01.608.685.0001-16

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>9.689.211</b>	<b>(147.590)</b>	<b>975.516</b>	<b>936.011</b>	<b>11.453.147</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	608.826	67.005	-	-	675.831
Incorporação de Sobras	936.011	-	-	(936.011)	-
Devolução de Capital	(223.379)	-	-	-	(223.379)
Incorporação de Juros ao Capital	947.820	-	-	-	947.820
Sobras	-	-	-	1.838.521	1.838.521
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	326.897	(326.897)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(367.483)	(367.483)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>11.958.488</b>	<b>(80.585)</b>	<b>1.302.413</b>	<b>1.144.140</b>	<b>14.324.456</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	940.621	(48.910)	-	-	891.711
Incorporação de Sobras	1.144.140	-	-	(1.144.140)	-
Devolução de Capital	(626.760)	-	-	-	(626.760)
Incorporação de Juros ao Capital	982.541	-	-	-	982.541
Sobras	-	-	-	2.979.175	2.979.175
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	711.431	(711.431)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(275.736)	(275.736)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.399.031</b>	<b>(129.495)</b>	<b>2.013.844</b>	<b>1.992.007</b>	<b>18.275.387</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

\_\_\_\_\_  
**Nilton Ghiotti de Siqueira**  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**James Gley Maia da Costa**  
Diretor Administrativo

\_\_\_\_\_  
**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



## COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA

CNPJ: 01.608.685.0001-16

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2017	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(3.104.957)</b>	<b>1.726.086</b>	<b>5.750.667</b>
<b>Sobras / (Perdas) ajustadas</b>	<b>2.438.528</b>	<b>4.587.541</b>	<b>2.621.550</b>
Sobras do exercício	1.582.675	2.979.175	1.838.521
Depreciações	45.770	96.789	107.813
Amortizações	1.905	3.810	2.745
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	808.177	1.507.767	672.472
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>	<b>(9.713.872)</b>	<b>(12.956.765)</b>	<b>(4.977.086)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	(157)	9.934	(1.101)
Relações Interfinanceiras	-	-	26.769
Operações de Crédito	(9.782.476)	(12.871.789)	(5.110.823)
Outros Créditos	20.730	(92.179)	112.965
Outros Valores e Bens	48.031	(2.731)	(4.895)
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>	<b>4.170.387</b>	<b>10.095.310</b>	<b>8.106.203</b>
Depósitos	1.849.131	7.228.064	7.832.170
Outras Obrigações	583.715	1.129.705	352.568
Relações Interfinanceiras	1.737.541	1.737.541	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	-
Relações Interdependências	-	-	(78.535)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(738.584)</b>	<b>(1.294.654)</b>	<b>(375.330)</b>
Aumento dos investimentos	(273.448)	(375.727)	(326.774)
Aquisições do imobilizado Intangível	(465.135)	(918.927)	(35.754)
Intangível	-	-	(12.803)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>1.011.894</b>	<b>971.756</b>	<b>1.032.788</b>
Integralizações de Capital	484.666	891.711	675.831
Devolução de Capital	(179.576)	(626.760)	(223.379)
FATES	(275.736)	(275.736)	(367.483)
Juros ao Capital	982.541	982.541	947.820
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)</b>	<b>(2.831.646)</b>	<b>1.403.188</b>	<b>6.408.124</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	23.182.988	18.948.154	12.540.029
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	20.351.342	20.351.342	18.948.154
<b>(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.831.646)</b>	<b>1.403.188</b>	<b>6.408.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

\_\_\_\_\_  
Nilton Ghiotti de Siqueira  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
James Gley Maia da Costa  
Diretor Administrativo

\_\_\_\_\_  
Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

**COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016****Valores em reais (R\$)****1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10 de setembro de 1996, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZÔNIA OCIDENTAL MUNICUBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIRBO** não possui Postos de Atendimento (PAs).

O **SICOOB UNIRBO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente -



Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 - Benefícios a Empregados resolução CMN nº 4.424/2015.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial

ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **q) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **r) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**

### **4. Disponibilidades**

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, as disponibilidades estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	313.423	291.430
Depósitos Bancários	340.226	12.851
<b>TOTAL</b>	<b>653.649</b>	<b>304.281</b>

## 5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título de Renda Fixa (I)	5.135	15.069
<b>TOTAL</b>	<b>5.135</b>	<b>15.069</b>

(I) Referem-se à aplicação em capitalização no **Banco do Brasil**.

## 6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro** de **2017** e de **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	19.697.693	18.643.872
<b>TOTAL</b>	<b>19.697.693</b>	<b>18.643.872</b>

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas no **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

## 7. Operações de crédito

### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	34.512	-	<b>34.512</b>	<b>64.173</b>
Empréstimos	13.565.891	15.171.545	<b>28.737.436</b>	<b>21.567.353</b>
Títulos Descontados	447.274	-	<b>447.274</b>	<b>744.572</b>
Financiamentos	3.219.685	6.513.290	<b>9.732.975</b>	<b>5.991.971</b>
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.020.319	833.634	<b>1.853.953</b>	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(932.499)	(1.073.433)	<b>(2.005.932)</b>	<b>(931.872)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.355.182</b>	<b>21.445.036</b>	<b>38.800.218</b>	<b>27.436.197</b>

**b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	90.531	-	-	-	90.531	-	37.369	-
A 0,50% Normal	7.225.273	2.002	4.765.349	-	11.992.623	(59.963)	10.011.233	(50.056)
B 1% Normal	8.431.803	289.268	2.432.841	1.853.954	13.007.866	(130.079)	10.717.278	(107.173)
B 1% Vencidas	574.268	0	103.466	-	677.734	(6.777)	573.973	(5.740)
C 3% Normal	8.186.193	544.777	1.651.802	-	10.382.773	(311.483)	4.263.961	(127.919)
C 3% Vencidas	1.273.241	1.214	245.505	-	1.519.960	(45.599)	644.830	(19.345)
D 10% Normal	387.185	69.729	5.535	-	462.448	(46.245)	1.019.915	(101.992)
D 10% Vencidas	335.886	3.098	44.473	-	383.457	(38.346)	469.978	(46.998)
E 30% Normal	1.011.073	8.302	51.689	-	1.071.064	(321.319)	108.515	(32.555)
E 30% Vencidas	59.477	317	90.989	-	150.783	(45.235)	52.539	(15.762)
F 50% Normal	44.460	-	-	-	44.460	(22.230)	16.740	(8.370)
F 50% Vencidas	44.364	3.760	-	-	48.124	(24.062)	38.129	(19.064)
G 70% Normal	-	3.850	-	-	3.850	(2.695)	31.052	(21.737)
G 70% Vencidas	53.482	1.533	6.907	-	61.922	(43.345)	24.647	(17.253)
H 100% Normal	254.941	21.152	112.060	-	388.154	(388.154)	101.289	(101.289)
H 100% Vencidas	297.270	771	222.359	-	520.401	(520.401)	256.621	(256.621)
<b>Total Normal</b>	<b>25.631.459</b>	<b>939.080</b>	<b>9.019.275</b>	<b>1.853.954</b>	<b>37.443.768</b>	<b>(1.282.167)</b>	<b>26.307.352</b>	<b>(551.089)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>2.637.989</b>	<b>10.694</b>	<b>713.700</b>	<b>-</b>	<b>3.362.382</b>	<b>(723.765)</b>	<b>2.060.716</b>	<b>(380.783)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>28.269.448</b>	<b>949.775</b>	<b>9.732.975</b>	<b>1.853.954</b>	<b>40.806.150</b>	<b>(2.005.932)</b>	<b>28.368.069</b>	<b>(931.872)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(1.437.503)</b>	<b>(56.723)</b>	<b>(493.168)</b>	<b>(18.540)</b>	<b>(2.005.932)</b>		<b>(931.872)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>26.831.945</b>	<b>893.052</b>	<b>9.239.807</b>	<b>1.835.414</b>	<b>38.800.218</b>		<b>27.436.197</b>	

**c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:**

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	34.512	-	-	<b>34.512</b>
Empréstimo	4.246.632	9.319.260	15.171.545	<b>28.737.436</b>
Títulos Descontados	428.608	18.665	-	<b>447.274</b>
Financiamentos	918.260	2.301.425	6.513.290	<b>9.732.975</b>
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1.020.319	833.634	<b>1.853.954</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.628.012</b>	<b>12.659.669</b>	<b>22.518.469</b>	<b>40.806.150</b>

**d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:**

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.152	2.232.865	-	-	2.236.017	5%
Setor Privado - Indústria	-	20.861	-	-	20.861	0%
Setor Privado - Serviços	596.249	11.443.361	142.204	-	12.181.814	30%
Pessoa Física	350.374	23.858.062	305.069	1.853.954	26.367.459	65%
<b>TOTAL</b>	<b>949.775</b>	<b>37.555.149</b>	<b>447.274</b>	<b>1.853.954</b>	<b>40.806.150</b>	<b>100%</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	931.872	999.106
Valor das operações transferidas	(438.517)	(688.976)
Constituições / Reversões	1.512.577	621.742
<b>TOTAL</b>	<b>2.005.932</b>	<b>931.872</b>

**f) Concentração dos Principais Devedores:**

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	1.361.612	3%	1.039.623	3%
10 Maiores Devedores	9.471.110	23%	6.843.622	20%
50 Maiores Devedores	20.916.867	51%	14.457.162	43%

#### g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	5.148.931	4.526.557
Valor das operações transferidas	438.517	688.976
Recuperadas no período	(549.383)	(66.602)
<b>TOTAL</b>	<b>5.038.065</b>	<b>5.148.931</b>

#### h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2017 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 1.428.340,21, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

#### 8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	85.458	35.432
Rendas a Receber	112.171	179.285
Diversos	179.973	35.064
(-) Provisões para Outros Créditos (I)	(57.249)	(21.606)
<b>TOTAL</b>	<b>320.354</b>	<b>228.174</b>

(I) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

#### 9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas (I)	7.626	4.895
<b>TOTAL</b>	<b>7.626</b>	<b>4.895</b>

(I) Registram-se neste grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

#### 10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	1.758.491	1.414.870
Participações Inst. Financ. Controlada Coop crédito	149.783	117.677
<b>TOTAL</b>	<b>1.908.274</b>	<b>1.532.547</b>

## 11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	457.649	-	
Terrenos	891.000	441.000	
Edificações	1.019.555	1.019.555	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(227.701)	(186.918)	
Instalações	2.900	2.900	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(1.595)	(1.305)	
Móveis e equipamentos de Uso	294.753	292.953	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(159.012)	(130.348)	
Sistema de Comunicação	30.335	30.335	20%
Sistema de Processamento de Dados	205.550	196.071	10%
Sistema de Segurança	19.321	19.321	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(191.764)	(164.711)	
<b>TOTAL</b>	<b>2.340.991</b>	<b>1.518.852</b>	

## 12. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	23.203	23.203
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(8.897)	(5.087)
<b>TOTAL</b>	<b>14.306</b>	<b>18.116</b>

## 13. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data das demonstrativo contábil, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	8.079.072	4.771.041
Depósito a Prazo	32.977.640	29.057.607
<b>TOTAL</b>	<b>41.056.712</b>	<b>33.828.648</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	2.566.379	6%	3.816.115	11%
10 Maiores Depositantes	14.329.149	35%	15.187.441	45%
50 Maiores Depositantes	28.865.052	71%	25.335.151	76%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.102.054)	(3.067.293)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(58.204)	(41.065)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.160.258)</b>	<b>(3.108.358)</b>

#### 14. Repasses interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados em outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades. As garantias oferecidas consistem em caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	de 7,5% a 8,5% a.a.	1.913.494	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-	(175.954)	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.737.541</b>	<b>-</b>

#### 15. Outras Obrigações

##### a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito – IOF (I)	22.766	1.694
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	7	89
<b>TOTAL</b>	<b>22.773</b>	<b>1.783</b>

(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e regaste em RDC

##### b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (I)	145.027	367.747
Resultado de Atos com não Associados	133.450	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	13.811	19.887
<b>TOTAL</b>	<b>292.288</b>	<b>387.634</b>

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

##### c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	150
Impostos e contribuições a recolher	103.095	125.690
<b>TOTAL</b>	<b>103.095</b>	<b>125.840</b>



#### d) Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	15.793	17.598
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	224.702	186.540
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	610.503	442.343
Credores Diversos – País (IV)	1.091.338	46.098
Provisão para Passivos Contingentes (V)	74.951	77.904
<b>TOTAL</b>	<b>2.017.287</b>	<b>770.483</b>

- (I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.
- (II) Refere-se a saldo de conta salário.
- (III) Refere-se a provisão para pagamento despesas com Pessoal, provisões diversas.
- (IV) Refere-se a pagamentos a serem processados.
- (V) Refere-se a provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

#### 16. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (I)	243.160	-	263.160	-
<b>TOTAL</b>	<b>243.160</b>	<b>-</b>	<b>263.160</b>	<b>-</b>

(I) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 1999 a 2004, sendo que os valores equivalentes foram provisionados e estão contabilizados na rubrica Provisão para Contingências.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIRBO, a cooperativa não possui processos judiciais em que figura como polo passivo, classificadas como perdas possíveis.

#### 17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIRBO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	14.269.536	11.877.903
Quantidade de Associados	1.769	1.383

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **24/03/2017**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$ **1.144.140**

### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	2.979.175	1.838.521
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(133.450)	(204.035)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	<b>2.845.725</b>	<b>1.634.486</b>
Reserva legal	(711.431)	(326.897)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(142.286)	(163.449)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	<b>1.992.007</b>	<b>1.144.140</b>

## 19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	646.653	337.682
Despesas específicas de atos não cooperativos	(123.535)	(51.678)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(280.751)	(102.532)
Adições e Exclusões ao Resultado Não Operacional	15.957	64.602
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>512.357</b>	<b>255.975</b>
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(67.044)	(20.643)
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	(57.830)	(23.395)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>133.450</b>	<b>204.035</b>

## 20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a remuneração obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A

remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida remuneração foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	44.073	42.386
Rendas de Crédito por avais e fianças honrados	-	390
Ingresso de depósitos intercooperativos	2.102.537	1.712.596
Rendas Juros Cartão de Crédito	-	130.330
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	24.767	-
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	104.223	19.987
Receita Volume Financeiro – REDE	124	227
Outras Rendas Operacionais	173.068	367.949
<b>TOTAL</b>	<b>2.448.791</b>	<b>2.273.865</b>

### 21.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	56.521	59.087
Rendas de Empréstimos	7.510.361	5.798.234
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	201.943	218.185
Rendas de Financiamentos	1.578.572	1.363.851
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	408	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	844	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	24.872	-
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	540	1.101
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	549.361	66.602
<b>TOTAL</b>	<b>9.923.421</b>	<b>7.507.061</b>

### 22. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(3.160.258)	(3.108.358)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(25.436)	-
Provisões para operações de crédito	(1.507.767)	(672.472)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.693.460)</b>	<b>(3.780.830)</b>

### 23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos de Capital	17.231	65.677
Outras Rendas não Operacionais	186	337
(-) Outras Despesas não Operacionais	(1.460)	(1.411)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>15.957</b>	<b>64.602</b>

### 24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.631.425	7,93%	3.826,73
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	4.277.913	7,33%	25.679
<b>TOTAL</b>	<b>8.909.338</b>	<b>15,26%</b>	<b>29.505</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>4.442.447</b>	<b>10,5%</b>	

Operações ativas e passivas – saldo em **31 de dezembro de 2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	26.650	721	8%
Conta Garantida	192.341	2.413	32%
Crédito Rural	1.221.215	12.212	66%
Empréstimo	2.009.969	34.160	7%
Financiamento	900.423	9.326	9%
Títulos Descontados	241.240	1.206	54%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>540.826</b>	<b>6,71%</b>	<b>0%</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>2.955.009</b>	<b>8,96%</b>	<b>0,5%</b>

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	3,09%	3,09%
Empréstimos	2,44%	1,89% a 3,19%
Financiamento	1,75%	1,57% a 1,91%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,78%	94% a 99%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	7,33%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	2,61%
Crédito Rural (modalidades)	3,1%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	736.398

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	368.501
Cédula de Presença	346.254
<b>TOTAL</b>	<b>714.755</b>

## 25. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC BRASIL CENTRAL

**AMAZÔNIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIRBO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## **26. Gerenciamento de Risco**

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a conseqüente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atender plenamente a partir de fevereiro de 2018.

### **26.1 - Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)), relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## **26.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB UNIRBO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB UNIRBO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB UNIRBO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

## **26.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB UNIRBO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB UNIRBO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizada pelo BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB UNIRBO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

## **26.4 Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB UNIRBO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB UNIRBO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

## **27. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## **28. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Índice de Basileia	42,20%	45,95%

**RIO BRANCO-AC, 31 de dezembro de 2017**

---

**Nilton Ghiotti de Siqueira**  
Diretor Presidente

---

**James Gley Maia da Costa**  
Diretor Administrativo

---

**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

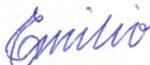
## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. SICOOB UNIRBO, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Examinamos as referidas demonstrações considerando: Os resultados do acompanhamento sistemático e das reuniões de verificação realizadas por este Conselho no decorrer do exercício de 2017; As informações e esclarecimentos recebidos da Administração no decorrer do exercício; Os relatórios da área de Controles Internos; Os relatórios de auditoria interna; E o parecer dos auditores independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, datado de 07 de fevereiro de 2018. Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentarem nossa opinião.

As demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Cooperativa* em 31 de dezembro de 2017, motivo porque **opinamos** pela sua aprovação.

Rio Branco, 07 de fevereiro de 2018.



**Emilio Cezar Ferreira de Abreu**  
Conselheiro Fiscal



**Marcos Paulo Parente Araújo**  
Conselheiro Fiscal



**Cirley Maria de Oliveira Lobato**  
Conselheira Fiscal